

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA

PARA FINS DE RECRENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)

Aprovado pela Deliberação CEE/MS nº 11.336, de 05/04/2018,
publicada em 17/04/2018, no D.O nº 9.637, pags. 9 e 10.

Campo Grande – MS/2018.

ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO E PREENCHIMENTO DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

I. CONCEPÇÃO DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

Este Instrumento subsidia os atos de reconhecimentos de instituições de educação superior.

Sua concepção busca atender à diversidade do sistema de educação superior e respeitar a identidade das instituições que o compõem. Considera, assim, as especificidades das diferentes organizações acadêmicas, a partir do foco definido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos processos de avaliação institucional (interna e externa).

O instrumento contempla as 10 dimensões determinadas pelo art. 3º da Lei do SINAES e, em conformidade com a Portaria/MEC n.º 92/2014 e Nota Técnica n.º 14/2014 CGACGIES/DAES/INEP/MEC, está organizado em cinco eixos, em que essas dimensões encontram-se agrupadas por afinidade, com indicadores que apresentam elementos de avaliação e os respectivos critérios para sua análise e verificação:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do SINAES. Inclui também um Relatório Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.

Eixo 5 – Infraestrutura: corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

Outras Informações sobre o instrumento

1. Cada indicador apresenta, predominantemente, **um objeto de análise;**
2. Para os indicadores que contemplam o termo “**Análise Sistêmica e Global**”, a comissão de avaliação deverá seguir os aspectos estabelecidos no respectivo indicador, baseando-se nas informações contidas no PDI e nos documentos oficiais da Instituição de Educação Superior (IES);
3. Alguns indicadores têm aplicabilidade correspondente ao ato, conforme orientação inserida no próprio indicador. Os indicadores “não aplicáveis” não serão computados no cálculo final do Conceito Institucional (CI);
4. O **Relato Institucional** é uma inovação na concepção deste instrumento. Ele será avaliado no Eixo 1 (Planejamento e Avaliação Institucional). Consiste em um documento que deve ser organizado da seguinte forma: relato avaliativo do PDI; síntese histórica dos resultados dos processos avaliativos internos e externos da IES e síntese histórica do planejamento de ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações.
Observação: as informações originadas a partir dos relatórios de avaliação interna e externa, que subsidiam as melhorias na Instituição, devem constar desse documento. Nesse relato, a instituição deve evidenciar a interação entre os resultados do conjunto das avaliações em seu planejamento institucional e suas atividades acadêmicas, de forma a demonstrar as melhorias da IES;
5. Os requisitos legais e normativos estão contemplados em critérios de análise específicos, na forma de atributos, bem como foram inseridos na análise preliminar de avaliação da IES.
6. No que se refere aos indicadores distribuídos nos eixos, ao final deste documento foi disponibilizado um glossário, a fim de dirimir dúvidas e evitar a compreensão equivocada dos termos.

II. INSTRUÇÕES PARA OS AVALIADORES

Este Instrumento de Avaliação foi formulado e aprovado pelo CEE/MS, com fundamento na Lei n.º 10.861/2004 (SINAES), a partir de adequações do "Instrumento de Avaliação Institucional Externa – Presencial e a Distância" do INEP, aprovado pela Portaria n.º 1.382/2017.

O resultado da avaliação decorrente da utilização deste instrumento subsidia a concessão de atos autorizativos de credenciamento de instituição de educação superior.

O credenciamento institucional, transcorre em um fluxo processual composto por diversas etapas, dentre as quais a avaliação *in loco*, que culmina em um relatório da comissão de avaliadores, em que constam aferidas as informações apresentadas pela Instituição de Educação Superior (IES) relacionadas à realidade encontrada durante a visita. É gerado, assim, o Conceito Institucional – CI, graduado em cinco níveis.

O cálculo utilizado para obter o CI considera pesos atribuídos aos cinco eixos do instrumento de avaliação. Assim, para o ato de credenciamento, os eixos 1 (Planejamento e Avaliação Institucional) e 3 (Políticas Acadêmicas) possuem peso 10, enquanto os eixos 2 (Desenvolvimento Institucional) e 5 (Infraestrutura) têm peso 30; e o eixo 4 (Políticas de Gestão) possui peso 20. (ver item IV - Quadros referenciais, quadro 2).

Os avaliadores deverão:

1. Adotar os critérios de análise dos respectivos indicadores dos eixos;
2. Atribuir conceitos de 1 a 5, a cada um dos indicadores dos cinco eixos, da seguinte forma:

Conceito	Descrição
1	Quando o indicador avaliado configura um dos conceitos NÃO EXISTE(M), NÃO HÁ, NÃO ESTÃO RELACIONADOS.
2	Quando o indicador avaliado configura um conceito INSUFICIENTE.
3	Quando o indicador avaliado configura um conceito SUFICIENTE.
4	Quando o indicador avaliado configura um conceito MUITO BOM/MUITO BEM.
5	Quando o indicador avaliado configura um conceito EXCELENTE.

3. Manter coerência do conceito atribuído aos indicadores com a análise qualitativa; na atribuição de conceito insatisfatório a um indicador, se houver, deverá ser registrada a fragilidade no campo próprio "Fragilidades/Aspectos a serem melhorados";
4. Registrar, no quadro próprio, com base nos conceitos atribuídos aos indicadores, as recomendações relativas a cada eixo, de forma coerente com as Forças/Aspectos Positivos e Fragilidades/Aspectos a Serem Melhorados;
5. Registrar, no quadro **Considerações Finais da Comissão de Avaliadores**, análise geral e conclusiva, coerente com os conceitos atribuídos e de forma a refletir, com clareza, as considerações dos avaliadores, verificando demandas e necessidades para a IES, com proposição de recomendações com vistas à melhoria da qualidade.
6. Consultar o glossário sempre que necessário;
7. Preencher todos os itens da Análise Preliminar - Contextualização da IES, Síntese Preliminar e Identificação da Comissão de Avaliação;
8. Calcular o Conceito Institucional (CI), com base na média aritmética ponderada dos conceitos dos eixos, os quais são resultados da média aritmética simples de seus indicadores. O conceito final deverá ser arredondado; (ver item IV - Quadros Referenciais, Quadro 1)
9. Utilizar o recurso Não Se Aplica (NSA), quando o indicador não estiver sujeito à avaliação; neste caso, o indicador não será considerado no cálculo da média do eixo e esse registro deverá ser feito, após compatibilizar o teor do indicador com o Plano de Desenvolvimento (PDI), outros documentos institucionais, normas do CEE/MS e de demais órgãos/instituições competentes;
10. O NSA deverá ser justificado pelo avaliador.
11. **OBSERVAÇÃO:** Os conceitos obtidos nas avaliações não garantem, por si só, o deferimento do ato autorizativo, mas subsidiam o Conselho Estadual de Educação em suas decisões regulatórias. Ao elaborar o relatório final, a Comissão de Avaliação não deverá emitir parecer sobre o Recredenciamento da IES, uma vez que esta decisão compete à Câmara de Educação Profissional e Educação Superior (CEPES/CEE/MS).

III. ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

3.1. O item *Análise Preliminar - Contextualização da IES* deve conter informações que resultam de uma apreciação do processo pelos avaliadores e deverão ser registradas antes da visita in loco, podendo ser complementadas por ocasião da visita.

3.2. O presente instrumento de avaliação encontra-se organizado em cinco eixos: **1. Planejamento e Avaliação Institucional** (cinco indicadores, numerados de 1.1 a 1.5); **2. Desenvolvimento Institucional** (sete indicadores, numerados de 2.1 a 2.7); **3. Políticas Acadêmicas** (doze indicadores, numerados de 3.1 a 3.12); **4. Políticas de Gestão** (oito indicadores, numerados de 4.1 a 4.8) e **5. Infraestrutura** (dezoito indicadores, numerados de 5.1 a 5.18).

3.3. Os indicadores se remetem aos aspectos quantitativos e qualitativos, que possibilitam obter evidências concretas que, de forma simples ou complexa, caracterizam a realidade dos múltiplos elementos institucionais que retratam. O julgamento de cada um dos indicadores é feito a partir dos padrões que servem de base para comparação, denominados **Critérios de Análise**.

3.4. Os critérios estão dispostos na ordem crescente, do conceito 1 ao conceito 5 (Coluna **Conceito a ser atribuído**). Os avaliadores, devem verificar se a realidade da IES atende ao que está detalhado no conceito 5, que expressa a situação de maior valor para o indicador; caso não o satisfaça, os avaliadores devem verificar se esta realidade atende ao conceito 4 e, assim, sucessivamente. Desta forma, a cada indicador, cabe um conceito específico (número inteiro na escala de 1 a 5), na Coluna **Conceito Atribuído**.

3.5. A atribuição de conceito a cada indicador dar-se-á a partir das múltiplas fontes de informações disponíveis para o processo de avaliação: documentação institucional, informações qualitativas e quantitativas, visita *in loco*, entrevistas e reuniões com grupos representativos da IES.

3.6. Ao final de cada indicador, haverá um campo em que o avaliador justificará o conceito atribuído.

3.7. O conceito atribuído a cada eixo é calculado por meio da média aritmética simples dos conceitos dos indicadores pertinentes, devendo, se for o caso, ser expresso em forma decimal e lançado na linha **Média do Eixo** do Instrumento de Avaliação.

3.8. No instrumento, após a emissão dos conceitos de cada indicador e da média do eixo correspondente, existem três campos complementares a serem preenchidos: **Forças/Aspectos Positivos** (práticas e condições adequadas à obtenção de resultados exitosos/inovadores), **Fragilidades/Aspectos a Serem Melhorados** (práticas e ou condições inadequadas a serem melhoradas) e **Síntese do Eixo** (qualificar a média do eixo).

3.9. A atribuição do conceito final da avaliação institucional externa da IES, também em escala de 1 a 5, é resultado dos conceitos atribuídos aos eixos. Ele é determinado pela média aritmética ponderada (Quadro 2) das médias aritméticas das médias de cada eixo. A transformação da média aritmética ponderada em conceitos ocorre por meio de aproximações realizadas com a interferência dos avaliadores. (ver item IV - Quadros Referenciais, Quadro 1)

IV. QUADROS REFERENCIAIS.

Quadro 1

Matriz de Associação para Atribuição de Conceito Institucional (CI)

Média (m)	Conceito
$1,0 \leq m < 1,4$	1
$1,4 \leq m \leq 1,7$	1 ou 2*
$1,7 < m < 2,4$	2
$2,4 \leq m \leq 2,7$	2 ou 3*
$2,7 < m < 3,4$	3
$3,4 \leq m \leq 3,7$	3 ou 4*
$3,7 < m < 4,4$	4
$4,4 \leq m \leq 4,7$	4 ou 5*
$4,7 < m \leq 5,0$	5

* a critério dos avaliadores

O quadro possibilita aos avaliadores ajustarem a média final que constituirá o CI, para maior ou para menor, quando houver valores decimais.

Quadro 2

Ponderações para o cálculo do conceito final da avaliação da IES.

Eixo Avaliado	Peso RECR.
1	10
2	30
3	10
4	20
5	30



AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA

PROCESSO N°:

ASSUNTO:

1. ANÁLISE PRELIMINAR - CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (IES):

1. Mantenedora:

2. Instituição:

3. Endereço da IES:

4. Equipe Gestora da IES (reitoria e pró-reitorias):

5. Base Legal da IES (atos legais constitutivos, ato de credenciamento e o último de credenciamento e respectivas datas de publicação no D.O.E.):

6. Perfil e Missão da IES:

7. Dados Socioeconômicos e Socioambientais da Região:

8. Breve Histórico da IES (criação, trajetória, modalidades de oferta da IES, número de campus/unidades universitárias, número de polos EAD, número de docentes e discentes, áreas de conhecimento em que a IES atua na graduação (número de cursos), na pós-graduação (*lato e stricto sensu*) e na extensão:

9. Descrição das políticas de institucionalização da modalidade Educação a Distância (EaD):

10. Resultados dos conceitos de curso (CC), nos últimos 3 anos, se for o caso, indicando os que ascenderam nos seus conceitos:

11. Planos de melhorias elaborados a partir de Protocolos de Compromisso, Termos de Saneamento de Deficiências, Medidas Cautelares e Termos de Supervisão e observância de diligências, quando houver:

12. Processos de gestão em que se identifiquem trajetórias de melhorias da IES (com base no PDI, Relatórios de Autoavaliação e demais documentos da instituição):

13. Planos de valorização profissional do docente e do técnico administrativo e condições de trabalho:

14. Número de docentes com titulação de doutor, mestre, especialista e graduado:

15. Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD): $(5xD)+(3xM)+(2xE)+G/D+M+E+G$. *

16. Número de tutores a distância, indicando a relação da formação com o curso em que atua e experiência em Ead:

17. Número de tutores presenciais que atuam nos polos EaD, indicando a relação da formação com o curso em que atua e experiência em Ead:

18. Programas de bolsas e financiamento estudantil e número de beneficiados:

19. Política de atendimento para alunos estrangeiros:

20. Número de alunos e professores estrangeiros na IES e disciplinas ofertadas em língua estrangeira:

21. Plano de acessibilidade em conformidade com a legislação em vigor:

22. Projetos e ações para a promoção da sustentabilidade socioambiental e nas atividades de ensino, pesquisa e extensão:

* O IQCD não compõe o rol de indicadores dos instrumentos, portanto, não impacta no cálculo dos conceitos das dimensões, dos eixos ou dos conceitos finais de curso ou institucional.

Os resultados do IQCD serão utilizados em estudos e pesquisas, associados aos diversos objetos de avaliação, que para além da construção do conhecimento serão adotados para decisões futuras sobre os instrumentos, escalas e indicadores, bem como para subsídios regulatórios.

II. SÍNTESE PRELIMINAR:

1. Os avaliadores farão uma síntese dos dados levantados nos itens que compõem a Análise Preliminar - Contextualização da IES, considerando o PDI, Relatórios de Autoavaliação e demais documentos da IES:

2. Registrar o cumprimento das exigências contidas no Relatório da Comissão de Avaliação *in loco* que subsidiou o último ato de recredenciamento:

III. IDENTIFICAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:

1. Ato Legal de Constituição:

2. Composição da Comissão:

3. Período de Avaliação:

4. Data de Conclusão da Avaliação:

V. EIXOS E INDICADORES AVALIADOS.

EIXO 1 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

No Eixo 1, considera-se a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do SINAES. O foco desse Eixo é a descrição e a identificação, por intermédio do documento Relato Institucional, dos principais elementos do processo avaliativo da IES em relação ao seu PDI, aos relatórios elaborados pela CPA e aos demais documentos institucionais avaliativos do período que constituiu o objeto de avaliação. O Relato Institucional deve ter como foco a evolução acadêmica da IES, e sua concepção e descrição encontram-se na página 2, item 4 desse instrumento.

INDICADOR 1.1 EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL A PARTIR DOS PROCESSOS DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	O Relato Institucional não contempla o histórico da IES, os conceitos de avaliações externas, o desenvolvimento e divulgação dos processos de autoavaliação, o plano de melhorias ou os processos de gestão a partir das avaliações externas e internas.	
2	O Relato Institucional contempla o histórico da IES, os conceitos de avaliações externas, o desenvolvimento e divulgação dos processos de autoavaliação, o plano de melhorias e os processos de gestão a partir das avaliações externas e internas, mas não evidencia a evolução institucional.	
3	O Relato Institucional demonstra a análise do histórico da IES, do conceito de avaliações externas, do desenvolvimento e divulgação dos processos de autoavaliação, do plano de melhorias e dos processos de gestão a partir das avaliações externas e internas e evidencia a evolução institucional.	
4	O Relato Institucional demonstra a análise do histórico da IES, do conceito de avaliações externas, do desenvolvimento e divulgação dos processos de autoavaliação, do plano de melhorias e dos processos de gestão a partir das avaliações externas e internas, demonstra a implementação de ações efetivas na gestão da IES e evidencia a evolução institucional.	
5	O Relato Institucional analisa e sintetiza o histórico da IES, o conceito de avaliações externas, o desenvolvimento e divulgação dos processos de autoavaliação, o plano de melhorias e processos de gestão a partir das avaliações externas e internas, demonstra a implementação de ações efetivas na gestão da IES, evidencia a evolução institucional e é apropriado pelos gestores, docentes/colaboradores e discentes.	

JUSTIFICATIVA:

INDICADOR 1.2 PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há processo de autoavaliação institucional.	
2	Há processo de autoavaliação institucional, mas não atende às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional.	
3	Há processo de autoavaliação institucional e atende às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional.	
4	Há processo de autoavaliação institucional e atende às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional, com evidência de que todos os segmentos da comunidade acadêmica estão sensibilizados para a sua relevância.	
5	Há processo de autoavaliação institucional e atende às necessidades institucionais, como instrumento de gestão e de ação acadêmico-administrativa de melhoria institucional, com evidência de que todos os segmentos da comunidade acadêmica estão sensibilizados e se apropriam seus resultados.	

JUSTIFICATIVA:

INDICADOR 1.3			AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO		CRITÉRIO DE ANÁLISE			CONCEITO ATRIBUÍDO
1		Não há processo de autoavaliação institucional.			
2		O processo de autoavaliação não ocorre com participação da sociedade civil organizada e de todos os segmentos da comunidade acadêmica.			
3		O processo de autoavaliação ocorre com participação da sociedade civil organizada e de todos os segmentos da comunidade acadêmica (vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um deles).			
4		O processo de autoavaliação ocorre com participação da sociedade civil organizada, de todos os segmentos da comunidade acadêmica (vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um deles) e com abrangência de instrumentos de coleta.			
5		O processo de autoavaliação ocorre com participação da sociedade civil organizada e de todos os segmentos da comunidade acadêmica (vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um deles), com abrangência de instrumentos de coleta e índice de participação crescente.			
JUSTIFICATIVA:					

INDICADOR 1.4			AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÕES EXTERNAS: ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO		CRITÉRIO DE ANÁLISE			CONCEITO ATRIBUÍDO
1		Não há divulgação dos resultados da autoavaliação institucional ou de avaliações externas.			
2		Os resultados divulgados , referentes à autoavaliação institucional e às avaliações externas, não estão disponíveis para todos os segmentos da comunidade acadêmica.			
3		Os resultados divulgados , referentes à autoavaliação institucional e às avaliações externas, são descritivos e estão disponíveis para todos os segmentos da comunidade acadêmica.			
4		Os resultados divulgados , referentes à autoavaliação institucional e às avaliações externas, são analíticos e estão disponíveis para todos os segmentos da comunidade acadêmica.			
5		Os resultados divulgados , referentes à autoavaliação institucional e às avaliações externas, são analíticos e apropriados por todos os segmentos da comunidade acadêmica.			
JUSTIFICATIVA:					

INDICADOR 1.5		RELATÓRIOS DE AUTOAVALIAÇÃO
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há relatórios de autoavaliação postados.	
2	Os relatórios de autoavaliação não estão de acordo com a previsão de postagem para cada ano do triênio (considerando os relatórios parciais e final previstos no planejamento da CPA).	
3	Os relatórios de autoavaliação estão de acordo com a previsão de postagem para cada ano do triênio (considerando os relatórios parciais e final previstos no planejamento da CPA).	
4	Os relatórios de autoavaliação estão de acordo com a previsão de postagem para cada ano do triênio (considerando os relatórios parciais e final previstos no planejamento da CPA), possuem clara relação entre si, impactam o processo de gestão da instituição.	
5	Os relatórios de autoavaliação estão de acordo com a previsão de postagem para cada ano do triênio (considerando os relatórios parciais e final previstos no planejamento da CPA), possuem clara relação entre si, impactam o processo de gestão da instituição e promovem mudanças inovadoras.	

JUSTIFICATIVA:

MÉDIA DO EIXO 1 - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Forças/Aspectos Positivos:

Fragilidades/aspectos a serem melhorados:

SÍNTESE DO EIXO:

EIXO 2**DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Este Eixo tem seu foco no PDI e consiste na verificação da coerência existente entre esse documento e as ações institucionais nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica – ensino, pesquisa, extensão e gestão. Pretende, igualmente, verificar os diferentes caminhos percorridos (ou a percorrer) pela IES no contexto de sua inserção social, bem como sua atuação face à inclusão e ao desenvolvimento econômico e social, tendo sempre como base a missão, os propósitos e as metas anunciadas no PDI.

Dessa forma, o Eixo Desenvolvimento Institucional assume o papel de induzir maior comprometimento da IES na construção de seu PDI, priorizando sua coerência e evolução.

O Eixo Desenvolvimento Institucional contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

INDICADOR 2.1 MISSÃO, OBJETIVOS, METAS E VALORES INSTITUCIONAIS.

CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	A missão, os objetivos e as metas da instituição não estão consonantes com o PDI.	
2	A missão, os objetivos e as metas da instituição estão expressos no PDI, mas não se comunicam com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, considerando a organização acadêmica).	
3	A missão, os objetivos e as metas da instituição estão expressos no PDI e se comunicam com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, considerando a organização acadêmica).	
4	A missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão expressos no PDI, comunicam-se com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, considerando a organização acadêmica) e se traduzem em ações institucionais internas, transversais a todos os cursos.	
5	A missão, os objetivos, as metas e os valores da instituição estão expressos no PDI, comunicam-se com as políticas de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, considerando a organização acadêmica), traduzem-se em ações institucionais internas, transversais a todos os cursos, e externas, por meio dos projetos de responsabilidade social.	

JUSTIFICATIVA:

INDICADOR 2.2 PDI, PLANEJAMENTO DIDÁTICO-INSTRUCIONAL E POLÍTICA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO.

Para faculdades e centros universitários, considerar a pós-graduação quando houver previsão no PDI.

CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há alinhamento entre o PDI e a política de ensino.	
2	Há alinhamento entre o PDI e a política de ensino, mas não se consideram os métodos e as técnicas didático-pedagógicas, metodologias que favorecem o atendimento educacional especializado ou as atividades de avaliação.	
3	Há alinhamento entre o PDI e a política de ensino, considerando os métodos e as técnicas didático-pedagógicas, metodologias que favorecem o atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação, o que se traduz nas práticas de ensino de graduação e de pós-graduação.	
4	Há alinhamento entre o PDI e a política de ensino, considerando os métodos e as técnicas didático-pedagógicas, metodologias que favorecem o atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação, o que se traduz nas práticas de ensino de graduação e de pós-graduação, com incorporação de avanços tecnológicos e com metodologia que incentiva a interdisciplinaridade.	
5	Há alinhamento entre o PDI e a política de ensino, considerando os métodos e as técnicas didático-pedagógicas, metodologias que favorecem o atendimento educacional especializado e as atividades de avaliação, o que se traduz nas práticas de ensino de graduação e de pós-graduação, com incorporação de avanços tecnológicos e com metodologia que incentiva a interdisciplinaridade, e a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	

JUSTIFICATIVA:

INDICADOR 2.3 PDI, POLÍTICA E PRÁTICAS DE PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA, DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há alinhamento entre o PDI e a política e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural.	
2	Há alinhamento entre o PDI e a política e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural, mas não se verificam práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento.	
3	Há alinhamento entre o PDI e a política e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural, verificando-se práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento.	
4	Há alinhamento entre o PDI e a política e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural, verificando-se práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento, havendo linhas de pesquisa e de trabalho transversais aos cursos ofertados.	
5	Há alinhamento entre o PDI e a política e as práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural, verificando-se práticas acadêmicas voltadas à produção e à interpretação do conhecimento, havendo linhas de pesquisa e de trabalho transversais aos cursos ofertados e mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 2.4 PDI, POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS À VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, DO MEIO AMBIENTE, DA MEMÓRIA CULTURAL, DA PRODUÇÃO ARTÍSTICA E DO PATRIMÔNIO CULTURAL, E AÇÕES AFIRMATIVAS DE DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA IGUALDADE ÉTNICO-RACIAL.		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	O PDI não possui políticas institucionais e não aborda problemática relacionada a ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, ou a ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.	
2	O PDI não possui políticas institucionais, mas aborda problemática relacionada a ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e a ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.	
3	O PDI possui políticas institucionais que se traduzem em ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e em ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial.	
4	O PDI possui políticas institucionais que se traduzem em ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e em ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, de modo transversal aos cursos ofertados, ampliando as competências dos egressos.	
5	O PDI possui políticas institucionais que se traduzem em ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e em ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, de modo transversal aos cursos ofertados, ampliando as competências dos egressos e ofertando mecanismos de transmissão dos resultados para a comunidade.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 2.5		
PDI E POLÍTICAS INSTITUCIONAIS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E À RESPONSABILIDADE SOCIAL <i>Para a modalidade EAD, considerar as especificidades da sede e dos polos.</i>		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há alinhamento entre o PDI e as políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e social.	
2	Há alinhamento entre o PDI e as políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e social, mas não se consideram a melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão.	
3	Há alinhamento entre o PDI e as políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social, considerando a melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão.	
4	Há alinhamento entre o PDI e as políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social, considerando a melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão e empreendedorismo, articulando os objetivos e valores da IES.	
5	Há alinhamento entre o PDI e as políticas institucionais para o desenvolvimento econômico e social, considerando a melhoria das condições de vida da população e as ações de inclusão e empreendedorismo, articulando os objetivos e valores da IES, e a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 2.6		
PDI E POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA A MODALIDADE EAD <i>Exclusivo para modalidade a distância e para IES que visa a ofertar ou oferta cursos com disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância, conforme Portaria nº 1.134 de 10/10/2016.</i>		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	A política institucional para a modalidade a distância não está articulada com o PDI.	
2	A política institucional para a modalidade a distância está articulada com o PDI, mas não contempla o alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto pedagógico da sua utilização.	
3	A política institucional para a modalidade a distância está articulada com o PDI e contempla o alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto pedagógico da sua utilização.	
4	A política institucional para a modalidade a distância está articulada com o PDI e contempla o alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto pedagógico da sua utilização, observando a formação pretendida para os discentes (na sede e nos polos).	
5	A política institucional para a modalidade a distância está articulada com o PDI e contempla o alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto pedagógico da sua utilização, observando a formação pretendida para os discentes (na sede e nos polos) e considerando as condições reais da localidade de oferta.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 2.7	ESTUDO PARA IMPLANTAÇÃO DE POLOS EAD <i>Exclusivo para modalidade a distância com previsão de polos.</i>	
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	O PDI não apresenta estudo para implantação de polos EAD.	
2	O PDI apresenta estudo para implantação de polos EAD, mas não considera sua distribuição geográfica ou aspectos regionais sobre a população do ensino médio, a demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos.	
3	O PDI apresenta estudo para implantação de polos EAD que considera sua distribuição geográfica e aspectos regionais sobre a população do ensino médio, a demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos.	
4	O PDI apresenta estudo para implantação de polos EAD que considera sua distribuição geográfica e aspectos regionais sobre a população do ensino médio, a demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos, bem como a contribuição do(s) curso(s) ofertado(s) para o desenvolvimento da comunidade.	
5	O PDI apresenta estudo para implantação de polos EAD que considera sua distribuição geográfica e aspectos regionais sobre a população do ensino médio, a demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos, bem como a contribuição do(s) curso(s) ofertado(s) para o desenvolvimento da comunidade e os indicadores estabelecidos no PNE vigente.	

JUSTIFICATIVA:

MÉDIA DO EIXO 2 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Forças/Pontos Positivos:

Fragilidades/Aspectos a serem melhorados:

SÍNTESE DO EIXO:

EIXO 3	POLÍTICAS ACADÊMICAS
---------------	-----------------------------

No Eixo “Políticas Acadêmicas” analisam-se os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado. Enfatiza-se também a relação entre as políticas acadêmicas, a comunicação com a sociedade e o atendimento ao discente.

Este Eixo contempla as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.

INDICADOR 3.1	POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO.	
	<i>Para a modalidade EaD, não considerar “a existência de programas de monitoria”.</i>	

CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	As ações acadêmico-administrativas não estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de graduação.	
2	As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de graduação, mas não consideram a atualização curricular sistemática, a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância (quando previsto no PDI), a existência de programas de monitoria em uma ou mais áreas ou de nivelamento, transversais a todos os cursos.	
3	As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de graduação e consideram a atualização curricular sistemática, a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância (quando previsto no PDI), a existência de programas de monitoria em uma ou mais áreas e de nivelamento, transversais a todos os cursos.	
4	As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de graduação e consideram a atualização curricular sistemática, a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância (quando previsto no PDI), a existência de programas de monitoria em uma ou mais áreas, de nivelamento, transversais a todos os cursos, e de mobilidade acadêmica com instituições nacionais ou internacionais.	
5	As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de graduação e consideram a atualização curricular sistemática, a oferta de componentes curriculares na modalidade a distância (quando previsto no PDI), a existência de programas de monitoria em uma ou mais áreas, de nivelamento, transversais a todos os cursos, de mobilidade acadêmica com instituições nacionais ou internacionais, e a promoção de ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	

JUSTIFICATIVA:

INDICADOR 3.2		
POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU. <i>NSA para faculdades e centros universitários, exceto quando houver previsão no PDI.</i>		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	As ações acadêmico-administrativas constantes do PDI não estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> .	
2	As ações acadêmico-administrativas constantes do PDI estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , mas não se evidenciam a aprovação pelos colegiados da IES e o acompanhamento e a avaliação dos cursos ofertados.	
3	As ações acadêmico-administrativas constantes do PDI estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , considerando a aprovação pelos colegiados da IES, o acompanhamento e a avaliação dos cursos ofertados, o atendimento às demandas socioeconômicas da região de inserção da IES e a articulação da oferta dos cursos <i>lato sensu</i> com as áreas da graduação.	
4	As ações acadêmico-administrativas constantes do PDI estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , considerando a aprovação pelos colegiados da IES, o acompanhamento e a avaliação dos cursos ofertados, o atendimento às demandas socioeconômicas da região de inserção da IES e a articulação da oferta dos cursos <i>lato sensu</i> com as áreas da graduação; adicionalmente, mais de 50% dos docentes são mestres ou doutores.	
5	As ações acadêmico-administrativas constantes do PDI estão relacionadas com as políticas de ensino para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , considerando a aprovação pelos colegiados da IES, o acompanhamento e a avaliação dos cursos ofertados, o atendimento às demandas socioeconômicas da região de inserção da IES e a articulação da oferta dos cursos <i>lato sensu</i> com as áreas da graduação; adicionalmente, mais de 50% dos docentes são mestres ou doutores e há outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 3.3		
POLÍTICAS DE ENSINO E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU. <i>NSA para faculdades e centros universitários, exceto quando houver previsão no PDI.</i>		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há política de ensino ou ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	
2	As ações acadêmico-administrativas não estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , mas não há articulação com a graduação, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa, de iniciação científica ou da atuação de professores dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na graduação.	
3	As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , considerando sua articulação com a graduação, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa, de iniciação científica e da atuação de professores dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na graduação.	
4	As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , considerando sua articulação com a graduação, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa, de iniciação científica e da atuação de professores dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na graduação; adicionalmente, a IES possui pelo menos um programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> avaliado com conceito 5 pela CAPES.	
5	As ações acadêmico-administrativas estão relacionadas com a política de ensino para os cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , considerando sua articulação com a graduação, por meio de grupos de estudo ou de pesquisa, de iniciação científica e da atuação de professores dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na graduação; adicionalmente, a IES possui pelo menos um programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> avaliado com conceito 6 ou 7 pela CAPES.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 3.4		
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A PESQUISA OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA, A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO E CULTURAL. <i>NSA para faculdades, exceto quando houver previsão no PDI.</i>		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural.	
2	As ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural não estão em conformidade com as políticas estabelecidas.	
3	As ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural estão em conformidade com as políticas estabelecidas, com garantia de sua divulgação no meio acadêmico.	
4	As ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural estão em conformidade com as políticas estabelecidas, com garantia de divulgação no meio acadêmico, e são estimuladas com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento.	
5	As ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural estão em conformidade com as políticas estabelecidas, com garantia de divulgação no meio acadêmico, são estimuladas com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento e promovem práticas reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 3.5		
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ACADÊMICO-ADMINISTRATIVAS PARA A EXTENSÃO.		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há ações acadêmico-administrativas para a extensão.	
2	As ações acadêmico-administrativas para a extensão não estão em conformidade com as políticas estabelecidas, considerando práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa.	
3	As ações acadêmico-administrativas para a extensão estão em conformidade com as políticas estabelecidas, considerando práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa, com garantia de divulgação no meio acadêmico.	
4	As ações acadêmico-administrativas para a extensão estão em conformidade com as políticas estabelecidas, considerando práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa, com garantia de divulgação no meio acadêmico, e são estimuladas com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento.	
5	As ações acadêmico-administrativas para a extensão estão em conformidade com as políticas estabelecidas, considerando práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa, com garantia de divulgação no meio acadêmico, são estimuladas com programas de bolsas mantidos com recursos próprios ou de agências de fomento e promovem práticas reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 3.6		
POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO E DIFUSÃO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE.		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica.	
2	As ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica não promovem publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais ou não incentivam a participação dos docentes em eventos locais.	
3	As ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica promovem publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais e incentivam a participação dos docentes em eventos de âmbito local e nacional.	
4	As ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica promovem publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais e incentivam a participação dos docentes em eventos de âmbito local, nacional e internacional.	
5	As ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica promovem publicações científicas, didático-pedagógicas, tecnológicas, artísticas e culturais, incentivam a participação dos docentes em eventos de âmbito local, nacional e internacional, e incluem a organização e publicação de revista acadêmico-científica indexada no Qualis.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 3.7		
POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS.		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há política institucional de acompanhamento dos egressos.	
2	A política institucional não garante mecanismo de acompanhamento de egressos.	
3	A política institucional garante mecanismo de acompanhamento de egressos e a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional.	
4	A política institucional garante mecanismo de acompanhamento de egressos, a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional e estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida, subsidiando ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho.	
5	A política institucional garante mecanismo de acompanhamento de egressos, a atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica ou da inserção profissional, estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida, subsidiando ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho, e promove outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 3.8		
POLÍTICA INSTITUCIONAL PARA INTERNACIONALIZAÇÃO. <i>NSA quando não houver previsão no PDI.</i>		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	A política institucional para a internacionalização não está articulada com o PDI.	
2	A política institucional para a internacionalização está articulada com o PDI, mas não apresenta atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio.	
3	A política institucional para a internacionalização está articulada com o PDI e apresenta atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio.	
4	A política institucional para a internacionalização está articulada com o PDI, apresenta atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio e é coordenada por um grupo regulamentado.	
5	A política institucional para a internacionalização está articulada com o PDI, apresenta atividades voltadas para programas de cooperação e intercâmbio e é coordenada por um grupo regulamentado, responsável por sistematizar acordos e convênios internacionais de ensino e de mobilidade docente e discente.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 3.9		
COMUNICAÇÃO DA IES COM A COMUNIDADE EXTERNA.		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há canais de comunicação externa.	
2	Os canais de comunicação externa divulgam informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa (quando houver), mas não publicam documentos institucionais relevantes ou não possuem mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria.	
3	Os canais de comunicação externa divulgam informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa (quando houver), publicam documentos institucionais relevantes, possuem mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria e permitem o acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa.	
4	Os canais de comunicação externa divulgam informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa (quando houver), publicam documentos institucionais relevantes, possuem mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria, permitem o acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa e apresentam instância específica que atua transversalmente às áreas.	
5	Os canais de comunicação externa divulgam informações de cursos, de programas, da extensão e da pesquisa (quando houver), publicam documentos institucionais relevantes, possuem mecanismos de transparência institucional e de ouvidoria, permitem o acesso às informações acerca dos resultados da avaliação interna e externa, apresentam instância específica que atua transversalmente às áreas e promovem outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 3.10 COMUNICAÇÃO DA IES COM A COMUNIDADE INTERNA.		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há comunicação da IES com a comunidade interna.	
2	A comunicação da IES com a comunidade interna não promove a transparência institucional, ou não divulga os resultados das avaliações interna e externa.	
3	A comunicação da IES com a comunidade interna promove a transparência institucional, divulga os resultados das avaliações interna e externa e disponibiliza ouvidoria.	
4	A comunicação da IES com a comunidade interna promove a transparência institucional, por meio de canais diversificados, impressos e virtuais, favorecendo o acesso por todos os segmentos da comunidade acadêmica, divulga os resultados das avaliações interna e externa e disponibiliza ouvidoria.	
5	A comunicação da IES com a comunidade interna promove a transparência institucional, por meio de canais diversificados, impressos e virtuais, favorecendo o acesso por todos os segmentos da comunidade acadêmica, divulga os resultados das avaliações interna e externa, disponibiliza ouvidoria e fomenta a manifestação da comunidade, gerando insumos para a melhoria da qualidade institucional.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 3.11 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES. <i>Para a modalidade EAD, não considerar programas de monitoria.</i>		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há programas de apoio aos discentes.	
2	A política de atendimento aos discentes não contempla programas de acolhimento ao ingressante, programas de acessibilidade, monitoria ou nivelamento.	
3	A política de atendimento aos discentes contempla programas de acolhimento e permanência do discente, programas de acessibilidade, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, e apoio psicopedagógico.	
4	A política de atendimento aos discentes contempla programas de acolhimento e permanência do discente, programas de acessibilidade, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados e apoio psicopedagógico, e apresenta uma instância que permite o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição.	
5	A política de atendimento aos discentes contempla programas de acolhimento e permanência do discente, programas de acessibilidade, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados e apoio psicopedagógico, apresenta uma instância que permite o atendimento discente em todos os setores pedagógico-administrativos da instituição e promove outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 3.12	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E AÇÕES DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO DISCENTE E À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS (GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO).	
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos.	
2	As políticas institucionais e ações de estímulo não garantem apoio financeiro ou logístico para a organização e participação em eventos na IES ou apoio à produção acadêmica discente.	
3	As políticas institucionais e ações de estímulo garantem apoio financeiro ou logístico para a organização e participação em eventos na IES e de âmbito local, e apoio à produção acadêmica discente.	
4	As políticas institucionais e ações de estímulo garantem apoio financeiro ou logístico para a organização e participação em eventos na IES e de âmbito local, nacional ou internacional, e apoio à produção acadêmica discente e à sua publicação em encontros e periódicos nacionais.	
5	As políticas institucionais e ações de estímulo garantem apoio financeiro ou logístico para a organização e participação em eventos na IES e de âmbito local, nacional ou internacional, e apoio à produção acadêmica discente e à sua publicação em encontros e periódicos nacionais e internacionais.	
JUSTIFICATIVA:		

MÉDIA DO EIXO 3 - POLÍTICAS ACADÊMICAS

Forças/Pontos Positivos:

Fragilidades/Aspectos a serem melhorados:

SÍNTESE DO EIXO:

EIXO 4 | **POLÍTICAS DE GESTÃO**

O Eixo “Políticas de Gestão” tem como foco a verificação do desenvolvimento das políticas de pessoal e da organização e gestão da instituição. Abrange, ainda, elementos do planejamento e da sustentabilidade financeira da IES para garantir o seu pleno desenvolvimento de forma sustentável.

Esse Eixo contempla as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.

INDICADOR 4.1 | **TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE**

CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	O corpo docente é composto por menos de 25% de mestres e doutores.	
2	O corpo docente é composto por ao menos 25% de mestres e doutores.	
3	O corpo docente é composto por ao menos 40% de mestres e doutores.	
4	O corpo docente é composto por ao menos 60% de mestres e doutores.	
5	O corpo docente é composto por ao menos 80% de mestres e doutores.	

JUSTIFICATIVA:

INDICADOR 4.2 | **POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO DOCENTE E FORMAÇÃO CONTINUADA**

CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há política de capacitação docente e formação continuada.	
2	A política de capacitação docente e formação continuada não garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais ou em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional.	
3	A política de capacitação docente e formação continuada garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais e em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional.	
4	A política de capacitação docente e formação continuada garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado.	
5	A política de capacitação docente e formação continuada garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e a qualificação acadêmica em programas de mestrado e doutorado, com práticas consolidadas, instituídas e publicizadas.	

JUSTIFICATIVA:

INDICADOR 4.3 | **POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.**

CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo.	
2	A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo não garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais e em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional.	
3	A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais e em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional.	
4	A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica na graduação e/ou em programas de pós-graduação.	
5	A política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica na graduação e/ou em programas de pós-graduação, com práticas consolidadas e institucionalizadas.	

JUSTIFICATIVA:

INDICADOR 4.4		
POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA PARA O CORPO DE TUTORES PRESENCIAIS E A DISTÂNCIA.		
<i>Exclusivo para modalidade a distância e para IES que visa a ofertar ou oferta cursos com disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância, conforme Portaria nº 1.134 de 10/10/2016.</i>		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância.	
2	A política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância não garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais e em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional.	
3	A política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais e em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional.	
4	A política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica em graduação e/ou programas de pós-graduação.	
5	A política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância garante a participação em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica em graduação e/ou programas de pós-graduação, com práticas consolidadas e institucionalizadas.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 4.5		
PROCESSOS DE GESTÃO INSTITUCIONAL.		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Os processos de gestão institucional não consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados ou a participação de docentes, técnicos, discentes, da sociedade civil organizada e dos tutores (estes, quando for o caso).	
2	Os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes, da sociedade civil organizada e dos tutores (estes, quando for o caso), mas não regulamentam o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados.	
3	Os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes, da sociedade civil organizada e dos tutores (estes, quando for o caso), e regulamentam o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados.	
4	Os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada e dos tutores (estes, quando for o caso), regulamentam o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados e sistemizam e divulgam as decisões colegiadas.	
5	Os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos gestores e colegiados e a participação de docentes, técnicos, discentes e da sociedade civil organizada e dos tutores (estes, quando for o caso), regulamentam o mandato dos membros que compõem os órgãos colegiados e sistemizam e divulgam as decisões colegiadas, cuja apropriação pela comunidade interna é assegurada.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 4.6 SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO. <i>Exclusivo para modalidade a distância e para IES que visa a ofertar ou oferta cursos com disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância, conforme Portaria nº 1.134 de 10/10/2016.</i>		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	O sistema de controle e distribuição de material didático não está formalizado.	
2	O sistema de controle de produção e distribuição de material didático não considera o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável ou estratégias que garantem a acessibilidade comunicacional.	
3	O sistema de controle de produção e distribuição de material didático considera o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável e estratégias que garantem a acessibilidade comunicacional.	
4	O sistema de controle de produção e distribuição de material didático considera o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável, estratégias que garantem a acessibilidade comunicacional e disponibilização por diferentes mídias, suportes e linguagens.	
5	O sistema de controle de produção e distribuição de material didático considera o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica multidisciplinar responsável, estratégias que garantem a acessibilidade comunicacional, disponibilização por diferentes mídias, suportes e linguagens, plano de atualização do material didático e apoio à produção de material autoral pelo corpo docente.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 4.7 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	O orçamento não é formulado a partir do PDI.	
2	O orçamento é formulado a partir do PDI e está de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso).	
3	O orçamento é formulado a partir do PDI, está de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso) e prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos.	
4	O orçamento é formulado a partir do PDI, está de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos e apresenta estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos.	
5	O orçamento é formulado a partir do PDI, está de acordo com as políticas de ensino, extensão e pesquisa (quando for o caso), prevê ampliação e fortalecimento de fontes captadoras de recursos e apresenta estudos para monitoramento e acompanhamento da distribuição de créditos, com metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho institucionalizados .	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 4.8	SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNA.	
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	O orçamento não dispõe de acompanhamento ou participação das instâncias gestoras e acadêmicas.	
2	O orçamento dispõe de acompanhamento ou participação das instâncias gestoras e acadêmicas.	
3	O orçamento dispõe de ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas, orientando a tomada de decisões internas.	
4	O orçamento considera as análises do relatório de avaliação interna e dispõe de ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas, orientando a tomada de decisões internas.	
5	O orçamento considera as análises do relatório de avaliação interna e dispõe de ciência, participação e acompanhamento das instâncias gestoras e acadêmicas (estas, capacitadas para a gestão de recursos), orientando a tomada de decisões internas.	

JUSTIFICATIVA:

MÉDIA DO EIXO 4 – POLÍTICAS DE GESTÃO

Forças/Pontos Positivos:

Fragilidades/Aspectos a serem melhorados:

SÍNTESE DO EIXO:

EIXO 5 INFRAESTRUTURA.

No Eixo “Infraestrutura Física”, verificam-se as condições que a IES apresenta para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Esse Eixo contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

INDICADOR 5.1 INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS

CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	As instalações administrativas não atendem às necessidades institucionais.	
2	As instalações administrativas atendem às necessidades institucionais, considerando apenas a sua adequação às atividades.	
3	As instalações administrativas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica, a acessibilidade e a avaliação periódica dos espaços.	
4	As instalações administrativas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial.	
5	As instalações administrativas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a guarda, manutenção e disponibilização de documentação acadêmica, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.	

JUSTIFICATIVA:

INDICADOR 5.2 SALAS DE AULA.
NSA para a modalidade a distância quando não houver previsão de atividades presenciais.

CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	As salas de aula não atendem às necessidades institucionais.	
2	As salas de aula atendem às necessidades institucionais, considerando apenas a sua adequação às atividades.	
3	As salas de aula atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade e a avaliação periódica dos espaços.	
4	As salas de aula atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.	
5	As salas de aula atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.	

JUSTIFICATIVA:

INDICADOR 5.3		
AUDITÓRIO(S) <i>NSA para a modalidade a distância quando não houver previsão de atividades presenciais.</i>		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há auditório(s).	
2	O(s) auditório(s) não atende(m) às necessidades institucionais.	
3	O(s) auditório(s) atende(m) às necessidades institucionais, considerando a acessibilidade, o conforto, o isolamento e a qualidade acústica.	
4	O(s) auditório(s) atende(m) às necessidades institucionais, considerando a acessibilidade, o conforto, o isolamento e a qualidade acústica e, em pelo menos um auditório, a existência de recursos tecnológicos multimídia, incluindo-se a disponibilidade de conexão à internet.	
5	O(s) auditório(s) atende(m) às necessidades institucionais, considerando a acessibilidade, o conforto, o isolamento e a qualidade acústica e, em pelo menos um auditório, a existência de recursos tecnológicos multimídia, incluindo-se a disponibilidade de conexão à internet e de equipamentos para videoconferência.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 5.4		
SALA DE PROFESSORES <i>Considerar para a modalidade a distância as salas de professores e/ou de tutores.</i>		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	As salas de professores não atendem às necessidades institucionais.	
2	As salas de professores atendem às necessidades institucionais, considerando apenas a sua adequação às atividades.	
3	As salas de professores atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade e a avaliação periódica dos espaços.	
4	As salas de professores atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.	
5	As salas de professores atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 5.5		
ESPAÇOS PARA ATENDIMENTO AOS DISCENTES <i>NSA para a modalidade a distância quando não houver previsão de atividades presenciais.</i>		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Os espaços para atendimento aos discentes não atendem às necessidades institucionais.	
2	Os espaços para atendimento aos discentes atendem às necessidades institucionais, considerando apenas a sua adequação às atividades.	
3	Os espaços para atendimento aos discentes atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade e a avaliação periódica dos espaços.	
4	Os espaços para atendimento aos discentes atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.	
5	Os espaços para atendimento aos discentes atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a possibilidade de implementação de variadas formas de atendimento.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 5.6		
ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E DE ALIMENTAÇÃO.		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Os espaços de convivência e de alimentação não atendem às necessidades institucionais.	
2	Os espaços de convivência e de alimentação atendem às necessidades institucionais, considerando apenas a sua adequação às atividades.	
3	Os espaços de convivência e de alimentação atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança, a acessibilidade e a avaliação periódica dos espaços.	
4	Os espaços de convivência e de alimentação atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços e a dimensão necessária para integração entre os membros da comunidade acadêmica.	
5	Os espaços de convivência e de alimentação atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, a dimensão necessária para integração entre os membros da comunidade acadêmica e a existência de serviços variados e adequados.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 5.7		
LABORATÓRIOS, AMBIENTES E CENÁRIOS PARA PRÁTICAS DIDÁTICAS: INFRAESTRUTURA FÍSICA. <i>NSA para a modalidade a distância quando não houver previsão de atividades presenciais.</i>		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas não atendem às necessidades institucionais.	
2	Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando apenas a sua adequação às atividades.	
3	Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, as normas de segurança e a avaliação periódica dos espaços.	
4	Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, as normas de segurança, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.	
5	Os laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, as normas de segurança, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de recursos tecnológicos diferenciados.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 5.8		INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA DESTINADA À CPA.	
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE		CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há infraestrutura física ou tecnológica destinada à CPA.		
2	A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA não atende às necessidades institucionais.		
3	A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA atende às necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para seus membros e as condições físicas e de tecnologia da informação para a coleta e análise de dados.		
4	A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA atende às necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para seus membros, as condições físicas e de tecnologia da informação para a coleta e análise de dados e os recursos tecnológicos para implantação da metodologia escolhida para o processo de autoavaliação.		
5	A infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA atende às necessidades institucionais, considerando o espaço de trabalho para seus membros, as condições físicas e de tecnologia da informação para a coleta e análise de dados, os recursos tecnológicos para implantação da metodologia escolhida para o processo de autoavaliação e recursos ou processos comprovadamente inovadores.		
JUSTIFICATIVA:			

INDICADOR 5.9		BIBLIOTECAS: INFRAESTRUTURA	
<i>NSA para a modalidade a distância quando não houver previsão de atividades presenciais.</i>			
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE		CONCEITO ATRIBUÍDO
1	A infraestrutura para bibliotecas não atende às necessidades institucionais.		
2	A infraestrutura para bibliotecas atende às necessidades institucionais, mas não apresenta acessibilidade, ou não possui estações individuais e coletivas para estudos ou recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo.		
3	A infraestrutura para bibliotecas atende às necessidades institucionais, apresenta acessibilidade, e possui estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo.		
4	A infraestrutura para bibliotecas atende às necessidades institucionais, apresenta acessibilidade, possui estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo e fornece condições para atendimento educacional especializado.		
5	A infraestrutura para bibliotecas atende às necessidades institucionais, apresenta acessibilidade, possui estações individuais e coletivas para estudos e recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo, fornece condições para atendimento educacional especializado e disponibiliza recursos comprovadamente inovadores.		
JUSTIFICATIVA:			

INDICADOR 5.10 BIBLIOTECAS: PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há plano de atualização do acervo descrito no PDI.	
2	Há plano de atualização do acervo descrito no PDI, mas não há viabilidade para sua execução.	
3	Há plano de atualização do acervo descrito no PDI, e viabilidade para sua execução, considerando a alocação de recursos.	
4	Há plano de atualização do acervo descrito no PDI, e viabilidade para sua execução, considerando a alocação de recursos e ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo pela comunidade acadêmica.	
5	Há plano de atualização do acervo descrito no PDI, e viabilidade para sua execução, considerando a alocação de recursos, ações corretivas associadas ao acompanhamento e à avaliação do acervo pela comunidade acadêmica e a existência de dispositivos inovadores.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 5.11 SALAS DE APOIO DE INFORMÁTICA OU ESTRUTURA EQUIVALENTE		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	As salas de apoio de informática ou estrutura equivalente não atendem às necessidades institucionais	
2	As salas de apoio de informática ou estrutura equivalente atendem às necessidades institucionais, considerando os equipamentos, as normas de segurança, o espaço físico, o acesso à internet, a atualização de <i>softwares</i> , a acessibilidade, os serviços e o suporte.	
3	As salas de apoio de informática ou estrutura equivalente atendem às necessidades institucionais, considerando os equipamentos, as normas de segurança, o espaço físico, o acesso à internet, a atualização de <i>softwares</i> , a acessibilidade, os serviços, o suporte e as condições ergonômicas.	
4	As salas de apoio de informática ou estrutura equivalente atendem às necessidades institucionais, considerando os equipamentos, as normas de segurança, o espaço físico, o acesso à internet, a atualização de <i>softwares</i> , a acessibilidade (incluindo recursos tecnológicos transformadores), os serviços, o suporte e as condições ergonômicas.	
5	As salas de apoio de informática ou estrutura equivalente atendem às necessidades institucionais, considerando os equipamentos, as normas de segurança, o espaço físico, o acesso à internet, a atualização de <i>softwares</i> , a acessibilidade (incluindo recursos tecnológicos transformadores), os serviços, o suporte, as condições ergonômicas e a oferta de recursos de informática comprovadamente inovadores.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 5.12 INSTALAÇÕES SANITÁRIAS		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	As instalações sanitárias não atendem às necessidades institucionais.	
2	As instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando apenas a sua adequação às atividades.	
3	As instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança, a acessibilidade e a avaliação periódica dos espaços.	
4	As instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços e o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas.	
5	As instalações sanitárias atendem às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, as condições de limpeza e segurança, a acessibilidade, a avaliação periódica dos espaços, o gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas consolidadas e institucionalizadas, e a existência de banheiros familiares e fraldários.	

JUSTIFICATIVA:

INDICADOR 5.13 ESTRUTURA DOS POLOS EAD		
<i>Exclusivo para modalidade a distância com previsão de oferta em polos. As informações dos polos devem estar disponíveis na sede da Instituição.</i>		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	A estrutura física, tecnológica e de pessoal nos polos não permite a execução das atividades previstas no PDI.	
2	A estrutura física, tecnológica e de pessoal nos polos permite a execução das atividades previstas no PDI, mas não viabiliza a realização das atividades presenciais, não apresenta acessibilidade ou não é adequada ao projeto pedagógico dos cursos vinculados.	
3	A estrutura física, tecnológica e de pessoal nos polos permite a execução das atividades previstas no PDI, viabiliza a realização das atividades presenciais, apresenta acessibilidade e é adequada ao projeto pedagógico dos cursos vinculados.	
4	A estrutura física, tecnológica e de pessoal nos polos permite a execução das atividades previstas no PDI, viabiliza a realização das atividades presenciais, apresenta acessibilidade, é adequada ao projeto pedagógico dos cursos vinculados, propicia interação entre docentes, tutores e discentes e possui modelos tecnológicos e digitais diferenciados aplicados aos processos de ensino e aprendizagem.	
5	A estrutura física, tecnológica e de pessoal nos polos permite a execução das atividades previstas no PDI, viabiliza a realização das atividades presenciais, apresenta acessibilidade, é adequada ao projeto pedagógico dos cursos vinculados, propicia interação entre docentes, tutores e discentes e possui modelos tecnológicos e digitais diferenciados aplicados aos processos de ensino e aprendizagem e diferenciais inovadores comprovadamente exitosos.	

JUSTIFICATIVA:

INDICADOR 5.14		
INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA		
<i>Exclusivo para IES que preveem em seu PDI a adoção de metodologia baseada em recursos da Internet.</i>		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há base tecnológica explicitada no PDI ou não é apresentada a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis.	
2	A base tecnológica explicitada no PDI apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica e o acordo do nível de serviço.	
3	A base tecnológica explicitada no PDI apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço e a segurança da informação.	
4	A base tecnológica explicitada no PDI apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência.	
5	A base tecnológica explicitada no PDI apresenta a descrição dos recursos tecnológicos disponíveis e considera a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência, com condições de funcionamento 24 horas por dia, 7 dias por semana.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 5.15		
INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE		
<i>NSA para a modalidade a distância quando não houver previsão de atividades presenciais.</i>		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	A infraestrutura de execução e suporte não atende às necessidades institucionais.	
2	A infraestrutura de execução e suporte não atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços.	
3	A infraestrutura de execução e suporte atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços e meios apropriados para sua oferta.	
4	A infraestrutura de execução e suporte atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços e meios apropriados para sua oferta, e apresentando um plano de contingência.	
5	A infraestrutura de execução e suporte atende às necessidades institucionais, considerando a disponibilidade de serviços e meios apropriados para sua oferta, apresentando um plano de contingência, redundância e expansão.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 5.16		
PLANO DE EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS.		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Não há plano de expansão e atualização de equipamentos descritos no PDI.	
2	Não há viabilidade para executar o plano de expansão e atualização de equipamentos descritos no PDI.	
3	Há viabilidade para executar o plano de expansão e atualização de equipamentos descritos no PDI.	
4	Há viabilidade para executar o plano de expansão e atualização de equipamentos descritos no PDI, com acompanhamento baseado em metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho.	
5	Há viabilidade para executar o plano de expansão e atualização de equipamentos descritos no PDI, com acompanhamento baseado em metas objetivas e mensuráveis, por meio de indicadores de desempenho; adicionalmente, há ações associadas à correção do plano.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 5.17 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	Os recursos de tecnologias de informação e comunicação não asseguram a execução do PDI.	
2	Os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI, mas não viabilizam as ações acadêmico-administrativas ou não garantem a acessibilidade comunicacional.	
3	Os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI, viabilizam as ações acadêmico-administrativas e garantem a acessibilidade comunicacional.	
4	Os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI, viabilizam as ações acadêmico-administrativas, garantem a acessibilidade comunicacional e permitem a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica.	
5	Os recursos de tecnologias de informação e comunicação asseguram a execução do PDI, viabilizam as ações acadêmico-administrativas, garantem a acessibilidade comunicacional, permitem a interatividade entre os membros da comunidade acadêmica e apresentam soluções tecnológicas comprovadamente inovadoras.	
JUSTIFICATIVA:		

INDICADOR 5.18 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM - AVA		
<i>Exclusivo para modalidade a distância e para IES que visa a ofertar ou oferta cursos com disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância, conforme Portaria nº 1.134 de 10/10/2016.</i>		
CONCEITO A SER ATRIBUÍDO	CRITÉRIO DE ANÁLISE	CONCEITO ATRIBUÍDO
1	O AVA não atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES.	
2	O AVA atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES.	
3	O AVA atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES, garantindo a interação entre docentes, discentes e tutores.	
4	O AVA está integrado com o sistema acadêmico e atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES, garantindo a interação entre docentes, discentes e tutores.	
5	O AVA está integrado com o sistema acadêmico e atende aos processos de ensino-aprendizagem, conforme disposto nas políticas institucionais para educação a distância estabelecidas pela IES, garantindo a interação entre docentes, discentes e tutores, com adoção de recursos inovadores.	
JUSTIFICATIVA:		

MÉDIA DO EIXO 5 - INFRAESTRUTURA

Forças/Pontos Positivos:

Fragilidades/Aspectos a serem melhorados:

SÍNTESE DO EIXO:

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO IN LOCO:

**CONCEITO
INSTITUCIONAL - CI**

Local: _____ – MS

Data: ___/___/2018

VII. COMPONENTES DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO IN LOCO:

Nome do Avaliador	Instituição	Assinatura



GLOSSÁRIO

1. Ação inovadora

Relaciona-se com a adoção de práticas e procedimentos que oportunizem a criação ou o desenvolvimento de novos produtos ou ideias e permitam a melhoria de processos, apontando para ganhos de eficiência e para a adaptação inédita a situações que se apresentem.

2. Ações afirmativas

“Políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural” (<http://gema.iesp.uerj.br/o-que-sao-acoes-afirmativas/>).

3. Acordo de nível de serviço

Acordo geralmente estabelecido entre a área de Tecnologia da Informação e o solicitante. Descreve não apenas o serviço de TI e suas metas de nível de serviço, mas também as responsabilidades das partes envolvidas. Deve ser acordado entre estas partes (requisitantes e responsáveis pelos serviços de TI na organização) e revisado periodicamente, para assegurar sua adequação ao atendimento das necessidades organizacionais.

4. Acervo acadêmico

Composto de documentos e informações definidos no Código de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. A IES deve “obedecer a prazos de guarda, destinações finais e observações previstas” na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior (Portaria nº 1.224/2013).

5. Acessibilidade

“Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (Lei 13.146/2015 – art. 3º, inciso I).

6. Acessibilidade digital

Uso de tecnologias que tornem a comunicação e o conteúdo virtuais (ambientes de aprendizagem, ferramentas, correio eletrônico, fóruns de discussão, páginas web) acessíveis aos indivíduos que necessitem de interface específica, seja de forma autônoma ou assistida.

7. Agências de fomento

Instituições que apoiam financeiramente tanto o incentivo à pesquisa científica e tecnológica, quanto a formação de recursos humanos para pesquisa no país (ex.: CNPq e CAPES).

8. Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

Ambiente utilizado para substituir o ambiente tradicional onde ocorrem as situações de ensino-aprendizagem. Conta com o uso de recursos digitais de comunicação, que reúnem distintas ferramentas voltadas à interação (que ocorre mediada por linguagem e procedimentos específicos do ambiente virtual).

9. Apoio psicopedagógico

Atendimento de apoio ao discente, que pode ser estendido a todos aqueles que participam da comunidade acadêmica, com o objetivo de avaliar, acompanhar e sanar dificuldades no processo ensino-aprendizagem, especificamente aquelas que levam ao impedimento da aquisição dos conhecimentos, habilidades e atitudes a serem desenvolvidas na formação discente.

10. Avaliação externa

Processo que avalia uma instituição, um programa ou um desempenho, utilizando critérios estabelecidos e coerentes com o objetivo da avaliação, conduzido por avaliadores externos ao contexto do objeto a ser avaliado.

11. Atendimento Educacional Especializado – AEE

Serviço da educação especial que “identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (Revista da Educação Especial. v. 04. n 05. Brasília: SEE SP, 2008. p. 15).

12. Atividades de pesquisa

Atividades desenvolvidas por meio de ações de pesquisa, em grupos de pesquisa institucionalizados, organizadas por cursos de graduação e de pós-graduação, seguindo a política das IES.

13. Autoavaliação institucional

A autoavaliação institucional tem como objetivos produzir conhecimentos, refletir sobre as atividades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

14. Avaliação interna (Autoavaliação)

No âmbito do Sinaes, tem como objeto de análise a própria instituição, observa as dez dimensões institucionais, envolve a participação de toda a comunidade acadêmica e a sociedade civil e, como insumo final, apresenta um relatório anual que subsidia a avaliação institucional externa. A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e ações, por meio da apropriação pelos atores envolvidos (Del. CEE/MS nº 10.972/2016).

15. Banheiro familiar

Instalação sanitária que se destina exclusivamente para o uso de pais, mães ou responsáveis, acompanhados de crianças que não tenham condições de ir ao banheiro sozinhas.

16. Base tecnológica institucional

Conjunto de serviços tecnológicos compartilhados em ambiente local e/ou remoto, que compõe o arcabouço de ferramentas da instituição.

17. Coleta e análise de dados

Ferramentas usadas pelos membros da CPA para coletar, agrupar, classificar e analisar dados relativos à autoavaliação.

18. Comissão Própria de Avaliação – CPA

Comissão instituída no âmbito da IES, responsável pela condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep, cuja composição assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, com atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na IES.

19. Competência

Conjunto de habilidades, atitudes, saberes e conhecimentos mobilizados pelo indivíduo ou pela coletividade para a realização de ações em contextos específicos.

20. Comunidade acadêmica

Compreende a comunidade educacional, bem como entidades e organizações da sociedade civil; é constituída por docentes, gestores, docentes, tutores, técnicos-administrativos e demais funcionários de uma IES, que atuam no processo acadêmico.

21. Condições ergonômicas

Aspectos relativos à vida laboral dos docentes e discentes, objetivando a prevenção dos acidentes laborais e a criação de locais de trabalho adequados.

22. Convênios internacionais

Acordo entre instituições de ensino superior públicas ou privadas, buscando a realização de objetivos de interesse comum, por colaboração recíproca, em âmbito internacional.

23. Corpo docente (na modalidade a distância)

Conjunto de profissionais vinculados à IES com funções que envolvam o conhecimento do conteúdo, avaliação, estratégias didáticas, organização metodológica, interação e mediação pedagógica, como autor de material didático, coordenador de curso e professor responsável por disciplina.

24. Corpo docente (na modalidade presencial)

Para fins de avaliação, considera-se corpo docente o conjunto de professores com formação mínima em nível de especialização, vinculados à IES, que desenvolvam atividades de ensino na graduação.

25. Egresso

Todo discente que tenha frequentado um curso em instituição de ensino superior, tendo ou não concluído seus estudos.

26. Empreendedorismo

Relaciona-se com a capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços e negócios. “O empreendedorismo pode ser compreendido como a arte de fazer acontecer com criatividade e motivação. Consiste no prazer de realizar com sinergismo e inovação qualquer projeto pessoal ou organizacional, em desafio permanente às oportunidades e riscos. É assumir um comportamento proativo diante de questões que precisam ser resolvidas. O empreendedorismo é o despertar do indivíduo para o aproveitamento integral de suas potencialidades racionais e intuitivas. É a busca do autoconhecimento em processo de aprendizado permanente, em atitude de abertura para novas experiências e novos paradigmas” (<https://seer.imes.edu.br/index.php/revistasi/article/viewFile/612/522>).

27. Espaços para atendimento ao aluno

Espaços físicos para atendimento ao aluno, pelo coordenador ou por professores. Podem ser espaços multiuso, desde que se garanta a possibilidade de atendimento individualizado e reservado.

28. Extensão

Processo interdisciplinar educativo que promove a interação entre IES e outros setores da sociedade, aplicando o desenvolvimento científico e tecnológico junto aos agentes do meio externo.

29. Fontes captadoras de recursos

Conjunto de atividades multidisciplinares, realizadas pelas organizações educacionais, com o objetivo de gerar recursos financeiros, materiais e humanos para o cumprimento de suas finalidades.

30. Forças/Potencialidades

Práticas bem sucedidas no eixo.

31. Formação continuada

Processo educativo relacionado à educação profissional, científica e tecnológica, vinculado a políticas educacionais, que visa a atender demandas de desenvolvimento pessoal, profissional e social, após a formação inicial, estimulando a construção permanente de novos saberes e práticas profissionais pelo indivíduo, por meio de atividades formativas, cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e/ou doutorado, oferecidos por instituições de educação.

32. Fraldário

Espaço especialmente preparado para o cuidado de bebês e crianças.

33. Fragilidades/Aspectos a serem melhorados

Aspectos identificados como deficiências, omissões e equívocos.

34. Inclusão

Ações que visam a incluir os discentes nas atividades institucionais, objetivando oportunidades iguais de acesso e permanência, considerando-se não só a existência de deficiências, mas também diferenças de classe social, gênero, idade e origem étnica.

35. Indicadores de desempenho

Parâmetros quantitativos ou qualitativos, cujo objetivo é avaliar o desempenho, detalhando a adequada condução de um processo, assim como seu cumprimento.

36. Infraestrutura de execução e suporte

Infraestrutura tecnológica demandada pelos ambientes institucionais, juntamente com serviços de apoio (gestão de *hardware*, *software* e de *serviços*) necessários para garantir plenamente a operação e o funcionamento, garantindo determinado nível de serviço aos usuários.

37. Iniciação científica

Modalidade de pesquisa acadêmica desenvolvida com alunos de graduação, sob orientação docente, visando à iniciação em práticas de pesquisa em diversas áreas do conhecimento.

38. Inovação tecnológica

Trata-se do processo de invenção, adaptação, mudança ou evolução da atual tecnologia, melhorando e facilitando a vida ou o trabalho das pessoas.

39. Instituição de Educação Superior – IES

Instituições, públicas ou privadas, que oferecem cursos de graduação (cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas).

40. Interdisciplinaridade

Concepção epistemológica do saber na qual as disciplinas são colocadas em relação, com o objetivo de proporcionar olhares distintos sobre o mesmo problema, visando a criar soluções que integrem teoria e prática, de modo a romper com a fragmentação no processo de construção do conhecimento.

41. Internacionalização

Programas e ações que inserem a IES no contexto internacional por meio de cooperação com outras instituições, transferência de conhecimento, mobilidade acadêmica de docentes e estudantes, alunos estrangeiros matriculados na IES, oferta de disciplinas em língua estrangeira, estímulo a publicações e participação em eventos internacionais, participação em processos avaliativos internacionais, entre outros.

42. Memória cultural

Relaciona-se aos documentos que constituem a herança cultural e contêm informações sobre experiências passadas.

43. Metas objetivas e mensuradas

Quantificação de tarefas específicas para realizar e alcançar determinados objetivos; as metas são temporais e relacionadas a prazos que devem ser determinados para avaliar processos ou projetos, no âmbito da IES.

44. Mobilidade acadêmica

Processo que possibilita ao aluno vinculado a uma IES estudar em outra, estabelecendo vínculo temporário com a IES receptora. Compreende uma cooperação entre Instituições de Ensino Superior, que confere aos alunos a oportunidade de complementar seus estudos e enriquecer a sua formação, tanto por meio dos componentes curriculares, como também pela experiência de entrar em contato com ambientes acadêmicos diferentes.

45. Mobilidade docente e discente

Processo que possibilita ao discente/docente vinculado a uma IES estudar/trabalhar em outra, estabelecendo vínculo temporário com a IES receptora. Compreende uma cooperação entre Instituições de Ensino Superior, que confere aos alunos/professores a oportunidade de complementar seus estudos e enriquecer a sua formação, tanto por meio dos componentes curriculares, como também pela experiência de entrar em contato com ambientes acadêmicos diferentes.

46. Nivelamento

Parte do apoio previsto que a IES e/ou seus cursos disponibilizam para os alunos ingressantes, com o objetivo de sanar dificuldades encontradas no acompanhamento de Unidades Curriculares.

47. NSA

“Não se aplica”: indica que não há pertinência com o solicitado.

48. Núcleo/Comitê Docente Estruturante – NDE

Conjunto de professores, composto por pelo menos cinco docentes do curso, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral ou parcial, que respondem mais diretamente pela concepção, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso (**Deliberação CEE/MS Nº 9662, de 24/11/2011**).

49. Organização acadêmica

Marco legal que norteia as orientações e tomadas de decisão pertinentes à vida acadêmica institucional, proporciona base às ações de todos os segmentos envolvidos no processo educativo e visa ao fortalecimento da identidade da Instituição.

50. Ouvidoria

Serviço de atendimento às demandas da comunidade interna e dos cidadãos, que possibilita o acesso a registros e informações públicas ou restritas ao solicitante, além de receber e responder sugestões, reclamações ou denúncias relacionadas ao serviço prestado pela IES.

51. Patrimônio cultural

Conjunto de bens materiais e imateriais, com reconhecida importância histórica e cultural, representativos da cultura de uma localidade, de um grupo ou de uma sociedade.

52. Periódicos

Publicações científicas e acadêmicas que podem disponibilizar artigos, resenhas, resumos de pesquisa, entre outros. Os artigos são escritos por pesquisadores, cientistas e professores, e submetidos à avaliação por pares. Pode ser uma publicação eletrônica e/ou impressa que, como o nome indica, tem edições periódicas.

53. Plano de contingência

“Tipo de plano preventivo, preditivo e reativo. Apresenta uma estrutura estratégica e operativa que ajudará a controlar uma situação de emergência e a minimizar as suas consequências negativas. O plano de contingência propõe uma série de procedimentos alternativos ao funcionamento normal de uma organização, sempre que alguma de suas funções usuais se vê prejudicada por uma contingência interna ou externa. Essa classe de plano procura, portanto, garantir a continuidade do funcionamento da organização face a quaisquer eventualidades, sejam estas materiais ou pessoais. Um plano de contingência inclui quatro etapas básicas: a avaliação, a planificação, as provas de viabilidade e a execução” (<http://knoow.net/cienceconempr/gestao/plano-de-contingencia/>).

54. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

Instrumento de planejamento e gestão, que considera a identidade da IES no âmbito da sua filosofia de trabalho, da missão a que se propõe, das estratégias para atingir suas metas e objetivos, da sua estrutura organizacional, do Projeto Pedagógico Institucional, observando as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou visa a desenvolver.

O PDI deve ser mantido atualizado e coerente com a organização acadêmica da IES e contemplar também: o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos; metas e ações da IES, observando a articulação entre as diversas ações; a manutenção de padrões de qualidade; perfil do corpo docente e de tutores; oferta de cursos de graduação e pós-graduação, presenciais e/ou a distância; descrição da infraestrutura física e instalações acadêmicas; demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras. (Art. 10 da Del. CEE/MS nº 9042/2009).

55. Plano Nacional de Educação – PNE

Determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional.

56. Políticas institucionais

Políticas desenvolvidas no âmbito institucional, com o propósito de seguir missão proposta pela IES, buscando atender ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

57. Polo de Educação a Distância

Unidade acadêmica e operacional descentralizada em que se desenvolvem atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância.

58. Pós-graduação lato sensu (especialização)

Curso em área específica do conhecimento, com duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) (Resolução CNE /CES nº 01/2007).

59. Pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado)

Curso que outorga título de mestre ou doutor, constituído para favorecer a pesquisa científica e o treinamento avançado. Seu objetivo é proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que lhe permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico-profissional e oferecer, dentro da instituição, o ambiente e os recursos necessários para que se realize a livre investigação científica.

60. Produção acadêmica discente

Documento que representa um resultado de estudo, devendo expressar conhecimento do assunto escolhido, que deve ser obrigatoriamente emanado da unidade curricular, do módulo, de estudo independente, curso ou programa. Deve ser feito sob a coordenação de um orientador-docente do curso. A produção acadêmica resultante das atividades de pesquisa e extensão dos discentes pode ser encontrada em artigos publicados nos mais diversos veículos de natureza técnica, científica, artística e cultural, resumos em anais de congressos científicos ou acadêmicos, livros (e/ou em capítulos de livros), e outras formas que envolvam o perfil do egresso do curso.

61. Programa de bolsa

Qualquer programa ou ação que tenha por objetivo garantir o acesso de determinados públicos à educação superior, por meio de concessão de bolsa ou auxílio financeiro.

62. Programa de cooperação

Qualquer programa que imprime uma ação conjunta para uma finalidade, um objetivo em comum entre instituições de ensino superior com instituições estrangeiras ou nacionais, promovendo parcerias acadêmicas, podendo ser bilaterais ou multilaterais.

63. Programa de intercâmbio

Qualquer programa que possibilita ao aluno vinculado a uma IES estudar em outra, estabelecendo vínculo temporário na instituição internacional.

64. Programas de monitoria

Programa disponibilizado pela IES/Curso, que visa a proporcionar aos seus discentes participação ativa no âmbito de uma Unidade Curricular, sob orientação do docente responsável, com objetivo de contribuir para a melhoria do ensino, promover cooperação acadêmica entre discentes e docentes e fomentar a iniciação à docência.

65. Recomendações

Aspectos que requerem empenho para transformar as fragilidades em potencialidades e subsidiar a tomada de decisões sobre ações a serem implementadas pela IES, a curto, a médio e a longo prazo.

66. Relato Institucional

Documento que contempla um relato avaliativo do PDI, uma síntese histórica dos resultados dos processos avaliativos internos e externos da IES e uma síntese histórica do planejamento de ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações.

67. Rede lógica

Parte de uma rede física que conecta duas ou mais interfaces ou dispositivos de rede lógicos (entidades de *software* conhecidas para um sistema operacional). Há um mapeamento “um-para-um” entre uma interface/dispositivo de rede física e uma interface/dispositivo de rede lógica, permitindo a troca de pacotes de dados.

68. Redundância

Capacidade de um sistema em superar falhas de um de seus componentes por meio do uso de recursos redundantes. A redundância pressupõe a existência de dispositivo adicional (secundário) para ser usado imediatamente em caso de falhas do dispositivo primário.

69. Responsabilidade social da IES

Refere-se às ações da instituição (com ou sem parceria) que contribuem para uma sociedade mais justa e sustentável, considerando trabalhos, ações, atividades, projetos e programas desenvolvidos voltados à comunidade, objetivando a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida e da infraestrutura local.

70. Revista acadêmico-científica

As revistas acadêmico-científicas são classificadas por área e podem ser nacionais ou internacionais. No Brasil, as revistas são classificadas pelo Qualis - procedimentos utilizados pela Capes para avaliar a qualidade dessas publicações (que visam a divulgar o conhecimento e a produção da academia).

71. Sede da IES (na modalidade a distância)

A sede da IES, como *locus* da política institucional, responde acadêmica e financeiramente pela organização do conjunto de ações e atividades da gestão político-pedagógica e administrativa de programas e cursos.

72. Segurança da informação

“Segurança da informação é a proteção da informação de vários tipos de ameaças para garantir a continuidade [das operações de uma organização] (...). É obtida a partir da implementação de um conjunto de controles adequados, incluindo políticas, processos, procedimentos, estruturas organizacionais e funções de *software* e *hardware*. Estes controles precisam ser estabelecidos, implementados, monitorados, analisados criticamente e melhorados, onde necessário, para garantir que os objetivos do negócio e de segurança da organização sejam atendidos” (ABNT NBR ISO/IEC 27002).

73. Sustentabilidade financeira

Capacidade de gestão do orçamento de acordo com políticas e estratégias de administração acadêmica, com vistas à eficácia na obtenção e na utilização dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

74. Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC

Recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como: ambientes virtuais e suas ferramentas; redes sociais e suas ferramentas; fóruns eletrônicos; blogs; chats; tecnologias de telefonia; teleconferências; videoconferências; TV; rádio; programas específicos de computadores (softwares); objetos de aprendizagem; conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais ou em suportes eletrônicos.

75. Tutor (na modalidade a distância)

Profissional de nível superior vinculado à IES que atua na área de conhecimento de sua formação dando suporte às atividades dos docentes.